



EBRAPEM027

Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática



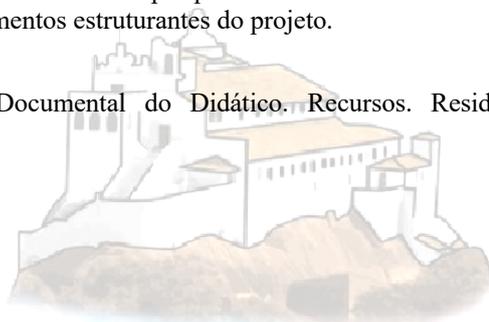
TRABALHO DOCUMENTAL NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: FORMAÇÃO DE COLETIVOS E RECURSOS PARA ENSINAR MATEMÁTICA

Rosana Maria da Silva¹

GD 7º – Formação de Professores que ensinam Matemática

Resumo: Esta comunicação traz elementos introdutórios de uma tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica da UFPE que objetiva compreender as contribuições do trabalho individual e coletivo na constituição da documentação docente de estudantes residentes de cursos de Licenciatura em Matemática, no quadro do Programa de Residência Pedagógica. Fundamenta-se na Abordagem Documental do Didático e utiliza a Metodologia de Investigação Reflexiva para construir o percurso metodológico da pesquisa. A produção de dados será realizada com o docente orientador, os preceptores e os residentes de dois cursos de licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pernambuco, sediados nos campi de Recife e Caruaru. Considerando que se trata de uma pesquisa em fase inicial de desenvolvimento, essa comunicação se restringe à apresentação dos elementos estruturantes do projeto.

Palavras-chave: Abordagem Documental do Didático. Recursos. Residência Pedagógica. Licenciatura em Matemática.



INTRODUÇÃO

Na formação de professores de qualquer área do conhecimento, a articulação entre teoria e prática se configura em um dos princípios para a constituição do docente (Brasil, 2015) e requer a implementação de políticas públicas. Nossa pesquisa² se interessa nessa temática e, entre as políticas em vigor, particulariza o *Programa de Residência Pedagógica – PRP* (BRASIL, 2018), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O programa visa o desenvolvimento de projetos formativos por Instituições de Ensino Superior (IES) com o intuito de, por um lado, propiciar aos licenciandos reinvestirem os conhecimentos construídos na primeira metade do curso, no campo profissional e, por outro, confrontarem tais conhecimentos com diferentes realidades escolares.

¹ Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica; doutorado; rosana.mariasilva@ufpe.br; orientadora: Profª. Dra. Iranete Maria da Silva Lima.

² Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE).

O PRP é, portanto, uma política pública de incentivo à formação de professores que propicia ao residente – o licenciando – vivenciar situações de ensino em colaboração com outros residentes, com o preceptor – professor da escola-campo – e com o docente orientador – professor da IES – como também a construir e utilizar recursos para o planejamento de aulas, a regência e a avaliação da aprendizagem.

Ao eleger a formação de professores de Matemática como aspecto central, a presente pesquisa se insere nessa temática. Como aporte teórico escolhemos a Abordagem Documental do Didático (ADD) que tem como principal objetivo compreender o desenvolvimento profissional dos professores por meio do estudo de suas interações com os recursos, seus usos e projetos em/para seu ensino (GUEUDET; TROUCHE, 2008).

Apresentamos nessa comunicação os elementos estruturantes do projeto de pesquisa em andamento. Trata-se da continuidade de uma pesquisa de mestrado (SILVA, 2021) realizada no seio do Grupo de Estudos em Recursos para a Educação (GERE) da UFPE, na qual buscamos identificar as aproximações e distanciamentos entre as documentações do residente e do preceptor na realidade de uma escola federal. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede federal de ensino de Pernambuco e contou com a participação de um preceptor e de um estudante residente do curso de licenciatura em Matemática.

Como resultado, observamos um distanciamento entre o trabalho documental do preceptor e do residente e uma aproximação entre os sistemas de recursos (conjunto formado por todos os recursos utilizados pelos participantes). Conjecturamos que as características específicas da escola-campo, como o fato de incentivar a formação inicial docente e a vivência de projetos, além das particularidades do preceptor em pesquisar sobre a ADD, podem ter interferido nos resultados obtidos. Consideramos também que a análise apenas das atividades individuais dos participantes pode ter limitado a compreensão sobre o uso de recursos e as influências que o coletivo pode proporcionar.

Na esteira dos resultados dessa pesquisa, entre outras desenvolvidas neste campo de investigação, buscamos elementos de respostas para o seguinte questionamento: quais são as contribuições do trabalho individual e coletivo na constituição da documentação docente dos residentes de cursos de Licenciatura em Matemática, no quadro do Programa de Residência Pedagógica? Para tanto, delimitamos como objetivo geral compreender as contribuições do trabalho individual e coletivo na constituição da documentação docente de residentes de cursos de



Licenciatura em Matemática, no quadro do PRP. Como objetivos específicos buscaremos: mapear os recursos individuais dos participantes da pesquisa – docente orientador, preceptor e residente; caracterizar os recursos individuais dos participantes nas atividades coletivas propostas pelo PRP; identificar os eventos marcantes para a construção das trajetórias documentais dos participantes; delinear o trabalho documental dos residentes na regência de aulas de Matemática; e caracterizar o trabalho coletivo na documentação dos residentes.

Com o intuito de apresentar a pesquisa em andamento, trazemos na sequência elementos do contexto histórico da Residência Pedagógica e sua constituição enquanto política pública de formação de professores. Após, apresentamos alguns construtos teóricos da Abordagem Documental do Didático o percurso metodológico que pretendemos adotar para a produção de dados.

A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E SUA CONSTITUIÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA

A discussão sobre a Residência Pedagógica não é recente e, com base em Silva e Cruz (2018), apresentamos algumas propostas que foram discutidas antes da publicação do Edital Capes nº 06/2018 (BRASIL, 2018) com a chamada pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. A primeira consistiu no Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 227/07 (BRASIL, 2007) proposto pelo Senador Marco Maciel (DEM/PE) que buscava instituir a Residência Educacional para professores da Educação Básica, tomando a residência médica como modelo. A proposta pretendia alterar o Art. 65 da LDB/96 (BRASIL, 1996) para acrescentar o seguinte parágrafo: “aos professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental será oferecida a residência educacional, etapa ulterior de formação inicial, com o mínimo de oitocentas horas de duração, e bolsa de estudo, na forma da lei.” (BRASIL, 2007, p. 01). Previa-se que após dois anos de implantação da nova lei, a Residência Educacional passaria a ser obrigatória com exigência de certificado.

Embora tenha sido discutido em audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, o projeto de lei não chegou a ser votado e foi arquivado. Em 2012, essa proposta foi reformulada pelo Senador Blairo Maggi (PR-MT) por meio do PLS nº 284/12 (BRASIL, 2012) que substituiu o termo “Residência Educacional” por “Residência Pedagógica” e retirava a obrigatoriedade da residência como pré-requisito para exercer a profissão, uma vez que prejudicaria os docentes em



exercício. O público alvo continuou sendo professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental que receberiam um certificado com equivalência a uma atualização profissional (BRASIL, 2012). A residência, nessa proposta, também teria como modelo a residência médica e ainda seria concebida como uma ação de formação continuada.

Em 2014, o Senador Ricardo Ferraço propôs o Projeto de Lei nº 6 sobre a Residência Docente (BRASIL, 2014). A ementa, mais uma vez, contemplava a residência como etapa posterior à formação inicial, isto é, uma formação continuada. Porém, trazia uma ampliação com relação ao público alvo na medida em que não se limitaria aos professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para Silva e Cruz (2018, p.231) “essa alteração provocou controvérsias entre associações, entidades e especialistas da educação, pois era um tema ainda em debate que carecia de aprofundamento e não poderia ser apontado como solução para a formação de professores e para os problemas da educação básica”. Como as duas anteriores, essa proposta também não foi implementada.

Silva e Cruz (2018) sublinham que essas propostas utilizam nomenclaturas diferentes – “Residência Educacional”, “Residência Pedagógica” e “Residência Docente” – sem, contudo, explicitarem os fundamentos teóricos que as justificassem. Mesmo divergindo quanto à obrigatoriedade, tais propostas convergiam ao configurar a residência como formação continuada e ao adotar a residência médica como modelo.

Algumas experiências de residência na formação foram vivenciadas de forma pontual, a exemplo da Residência Pedagógica (RP) implementada em 2011, no primeiro ano de estágio probatório para professores ingressantes na Rede Municipal de Educação de Niterói – RJ. Outro exemplo foi o Programa Residência Educacional do estado de São Paulo, instituído por meio dos Decretos nº 57.978/ 2012 (SÃO PAULO, 2012) e 59.150 / 2013 (SÃO PAULO, 2013). Para Silva e Cruz (2018), essas iniciativas tinham o intuito de articular a teoria e a prática e em alguns casos, previam solucionar problemas da rede municipal sobre a carência de professores, visto que contratariam licenciandos como estagiários remunerados.

Destaca-se, também, o Programa de Residência Docente do Colégio Pedro II instituído por meio da Portaria nº 206, de 21 de outubro de 2011 da Capes (BRASIL, 2011). Com caráter experimental, o programa tinha por finalidade fomentar as formações inicial e continuada de docentes, valorizar o magistério e contribuir para a elevação do padrão de qualidade da Educação Básica.



Após a vivência dessas experiências, em 2018 foi publicado o primeiro edital do PRP, financiado pela Capes que traz o incentivo à formação inicial e busca valorizar a formação continuada de professores da Educação Básica, por meio da atuação dos preceptores. Como o projeto experimental do Colégio Pedro II, o PRP traz o termo “imersão”, porém, para se referir aos licenciandos e inserir a participação do docente orientador e do preceptor.

Na primeira versão, o objetivo “induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da Residência Pedagógica.” (BRASIL, 2018, p. 01) foi duramente criticado por estudiosos do tema e entidades educacionais. De acordo com Magnavita, Fontes e Siqueira (2022) as críticas se pautavam no fato de que não seria possível reduzir o estágio à Residência Pedagógica, uma vez que não iria considerar as singularidades do estágio em suas instituições e poderia haver um esvaziamento da teoria, frente à prática. Após discussões, esse objetivo não constou nos editais posteriores.

O PRP propõe a atuação dos residentes em atividades de regência e de intervenção pedagógica, bem como a participação em projetos educacionais e na elaboração de materiais didáticos. Incentiva o planejamento e a execução de múltiplas atividades inerentes à ação docente, em níveis crescentes de complexidade, visa a autonomia do licenciando, inclui o uso de tecnologias educacionais e de diferentes recursos didáticos. A proposta prevê o desenvolvimento de ações que estimulem a inovação pedagógica, a ética profissional, a criatividade, a construção contínua da profissionalização docente e a interação entre os pares.

A Universidade Federal de Pernambuco, com base no Edital da Capes e nº 24/2022 e na Portaria CAPES no 82/2022, publicou o Edital Prograd Residência Pedagógica Nº 25/2022 para selecionar os residentes para o Programa Institucional de Residência Pedagógica na instituição. Esse programa objetiva contribuir com a formação inicial de professores, por meio do desenvolvimento de ações que promovam a imersão dos licenciandos(as) em contextos escolares das redes públicas de ensino, ancoradas em metodologias de ensino inovadoras, críticas e inclusivas.

No interior dessa proposta, voltamos o nosso olhar, em particular, para os recursos que o coletivo do Programa, escolhem, constroem e utilizam para ensinar matemática e, para tanto, conforme anunciamos, nos ancoramos na Abordagem Documental do Didático que apresentamos a seguir.



ABORDAGEM DOCUMENTAL DO DIDÁTICO: alguns construtos

A Abordagem Documental do Didático (ADD) tem como principal objetivo compreender o desenvolvimento profissional dos professores por meio do estudo de suas interações com os recursos, seus usos e projetos em/para seu ensino (GUEUDET; TROUCHE, 2008; TROUCHE, et al., 2020). O surgimento de novos recursos, especialmente os digitais, evidenciou a importância de se investigar as interações entre os professores e os recursos.

Na perspectiva de Adler (2000), os recursos são entendidos a partir do verbo “re-source” que podem ser compreendidos como, nascer novamente da fonte ou de forma diferente. Gueudet e Trouche (2015) concebem os recursos de acordo com Adler para compreender a atividade do professor em procurar, selecionar, utilizar, modificar, criar ou até mesmo recriar tais recursos, sendo parte do desenvolvimento profissional. Apesar disso, fazem algumas restrições, o conhecimento do professor não é considerado como recurso, mas é entendido como orientador do trabalho do professor com o recurso, assim como os colegas de trabalho não são recursos, mas os conselhos e as propostas destes podem ser consideradas como tal. O conjunto formado por todos os recursos utilizados pelo professor é chamado de sistema de recursos.

Na perspectiva da ADD, a atividade do professor com seus recursos é determinada por seus esquemas. Conforme definido por Vergnaud (2016), é possível entender o esquema como uma forma de organização invariante da atividade, destinada a uma classe de situações, ou seja, o esquema organiza a atividade do sujeito, com uma invariância a partir da organização de toda uma classe de situações. Entenderemos documento como sendo a combinação entre recurso e esquemas de utilização, conforme propõe Gueudet e Trouche (2015) na seguinte representação:

$$\text{Documento} = \text{Recursos} + \text{Esquemas de utilização}$$

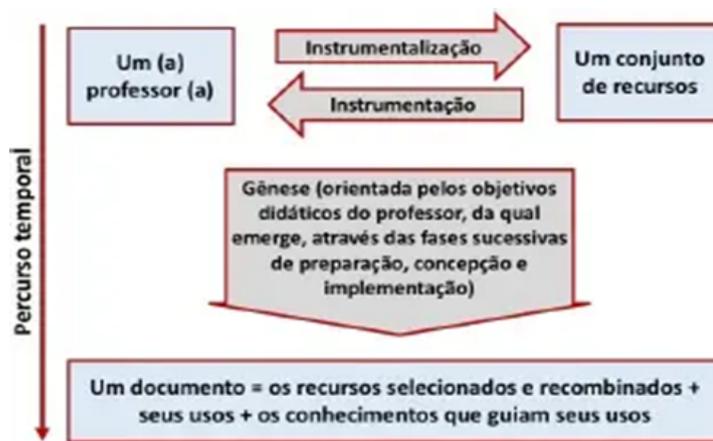
Um documento, nesse caso, é constituído por meio da gênese documental que se insere como elemento do processo de desenvolvimento profissional, pois permeia a construção de conhecimentos e a integração de novos recursos. A gênese documental se configura como a transformação entre os recursos que estão disponíveis para a atividade dos professores e o que eles desenvolvem, constroem ou criam para apoiar sua atividade de ensino (os documentos). Podemos entendê-la em duas dimensões, uma que se refere a influência dos recursos (possibilidades, limitações, restrições, condições) na atividade do professor e a outra da apropriação e recriação dos recursos pelo professor modificando seus usos. Essas duas dimensões se configuram como



instrumentação e instrumentalização definidas por Rabardel (1995).

A ADD considera a variedade de recursos que podem estar envolvidos no trabalho do professor que originam uma classe de situações. No esquema (Figura 1) sintetiza-se o processo de gênese documental.

Figura 1 - Uma representação de uma gênese documental



Fonte: TROUCHE et al. (2020, p. 4)

O trabalho documental do professor é o elemento principal da gênese documental, uma vez que desenvolve, em conjunto, um novo recurso (composto de um conjunto de recursos selecionados, modificados, recombinaados) e um esquema de utilização deste recurso (GUEUDET; TROUCHE, 2015). No caso de um trabalho documental coletivo – a exemplo de um grupo de professores planejando suas aulas –, um sistema de recursos compartilhado pode ser desenvolvido, no entanto, cada um pode desenvolver esquemas diferentes para um mesmo recurso e, conseqüentemente, diferentes documentos.

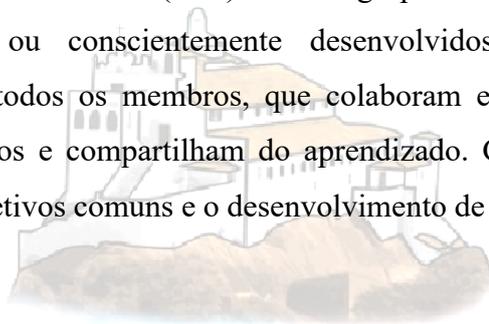
Uma maneira de analisar o processo de gênese documental a longo termo é a análise da trajetória documental dos professores. A trajetória documental (ROCHA, 2016) analisa os eventos e a relação com os recursos durante o percurso de formação. Os eventos são entendidos em “sentido amplo, como tudo que foi considerado marcante pelo professor ou observado pelo pesquisador por causar uma mudança no sistema de recurso do professor” (ROCHA; TROUCHE, 2016, p. 4), ou seja, a palavra evento se refere a tudo que contribui para que o professor insira um recurso em seu trabalho documental. Tais eventos incluem mudanças na escola, no grupo de professores, no currículo, entre outros, caracterizando a integração de novos recursos e o desenvolvimento profissional.



A interação entre eventos e recursos ocorre também em coletivos, através da interação com outros colegas de trabalho, assim “os professores têm, frequentemente, apontado a importância da contribuição dos outros colegas para o desenvolvimento da sua própria documentação” (GUEUDET; TROUCHE, 2015, p. 17). Portanto, o desenvolvimento profissional entrelaça a integração de novos recursos, a criação de novos conhecimentos, a interação com outros atores do âmbito educacional e a evolução das concepções acerca da profissão.

O trabalho docente é constituído de diversas atividades que podem ser individuais e/ou coletivas. Nesta perspectiva, os autores definem o desenvolvimento profissional como uma combinação de um conjunto de processos inter-relacionados (abertura para novos recursos), incluindo o desenvolvimento dos conhecimentos do professor, o desenvolvimento de suas relações com os outros atores do ensino e a evolução de suas concepções docentes (Ibid., 2015).

Entre as realidades de coletivos pode-se destacar as Comunidades de Prática (WENGER, 1998). As Comunidades de Prática (CoP) são reagrupamentos naturais, esses podem ser profissionais, informais, ou conscientemente desenvolvidos. As CoP representam um compromisso comum de todos os membros, que colaboram em um projeto comum, trocam experiências, conhecimentos e compartilham do aprendizado. Considerando o PRP como um projeto articulado com objetivos comuns e o desenvolvimento de atividades coletivas, podemos entender como uma CoP.



PERCURSO METODOLÓGICO

Para atingir os objetivos da pesquisa, utilizaremos a Metodologia de Investigação Reflexiva (MIR) proposta por Pepin, Gueudet e Trouche (2013). Ela se desenvolve a partir de uma produção de dados que contemple, na medida do possível, todos os recursos utilizados pelos participantes da pesquisa, em um período significativo de tempo, por meio da observação de momentos de elaboração e da utilização dos recursos.

A pesquisa será realizada no PRP dos dois cursos de licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pernambuco, sediados em Recife e em Caruaru, e os coletivos serão compostos pelo docente orientador, preceptores e estudantes residentes, com a quantidade de participantes a ser delimitada posteriormente. Consideraremos o conjunto de recursos utilizados pelos participantes que serão identificados durante o acompanhamento de longa duração. Para assegurar a reflexão por parte dos professores, haverá momentos de confrontação com seu trabalho



documental, seja a partir de seus recursos materiais ou de suas práticas de ensino. Embora vislumbrando a participação de todos os envolvidos nos momentos coletivos, selecionaremos uma quantidade específica de residentes para acompanhar o passo a passo do trabalho documental nos momentos de regência de aulas.

Os instrumentos que serão utilizados na produção de dados são, a princípio, a gravação de vídeos e áudios pelos próprios professores, entrevistas, diários de bordo, construção de mapas de recursos, elaboração de planejamentos e observações de aula, de modo a possibilitar a reflexão também pelos participantes. No entanto, outros instrumentos poderão ser ajuntados, em função da contingência. Tomando a MIR como referência e em consonância com os objetivos da pesquisa, realizaremos seis etapas:

- Na primeira etapa propomos uma formação para os participantes da pesquisa sobre os conceitos que serão abordados, tais como a definição de recursos, do mapa de recursos, que consiste em uma representação dos recursos utilizados no decorrer da prática docente, e da trajetória documental;
- Na segunda etapa faremos a observação dos momentos coletivos com a finalidade de identificar os recursos mobilizados entre o docente orientador, os preceptores e os residentes;
- Na terceira etapa realizaremos a seleção de residentes para a análise do trabalho documental nas regências, de acordo com a participação nas etapas anteriores e da disponibilidade para o acompanhamento das atividades de planejamento, regências e entrevistas que serão propostas. Também iremos considerar a participação do projeto em escolas diferentes;
- A quarta etapa consistirá na análise do trabalho documental dos residentes, quando iremos acompanhar o planejamento e a regência de aula para identificar os recursos utilizados, estabelecendo relações com os recursos socializados nos momentos coletivos;
- A quinta etapa será dedicada à construção dos mapas de recursos pelos participantes, visando identificar os recursos individuais e coletivos evidenciados nas atividades;
- Na sexta etapa proporemos a construção da trajetória documental pelo docente orientador, residentes e preceptores.

Em função da teoria de referência e dos dados produzidos, definiremos as categorias analíticas, com vistas a compreender as contribuições do trabalho individual e do coletivo na constituição da documentação docente dos residentes participantes da pesquisa. Antes, porém, o projeto será submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da universidade de forma a garantir



a integridade da pesquisa e, notadamente, das pessoas participantes.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Nesta comunicação apresentamos os elementos introdutórios de uma tese de doutorado em fase inicial de desenvolvimento. No momento atual, estamos estruturando a revisão sistemática da literatura para melhor situar a pesquisa nas temáticas investigadas, que inclui a Residência Pedagógica, a formação inicial de professores de Matemática e a Abordagem Documental do Didático. Desse modo, os resultados da pesquisa serão socializados em outras publicações.

REFERÊNCIAS

ADLER, J. **Conceptualising resources as a theme for teacher education.** *Journal of Mathematics Teacher Education*, Holanda, v. 3, p. 205–224, 2000. Disponível em: <https://www.academia.edu/21770958/Conceptualising_resources_as_a_theme_for_teacher_education> Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 8ª ed. 2013.

BRASIL. **Parecer CNE n. 07/ 2007.** Institui o Ensino Fundamental de Nove Anos. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov>> Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Nº 227, de 2007** sobre a “residência educacional a professores da educação básica”, de autoria do Senador Marco Marciel. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80855>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 206 de 21 de outubro de 2011.** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Dispõe sobre o apoio à execução do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/comunicados/2011/27-10-11/PORTARIA%20RESIDENCIA%20DOCENTE%20COLEGIO%20PEDRO%20II.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Nº 284, de 2012** sobre a “Residência Pedagógica” do Senador Blairo Maggi que altera o projeto de Lei n. 277, de autoria do senador Marco Marciel. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112691&tp=1>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Nº 06, de 2014** que dispõe sobre a “residência pedagógica do Senador Ricardo Ferraço que altera a Lei 9394/96. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115998>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em:



<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA> Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. **Edital CAPES 06/2018** que dispõe sobre a Residência Pedagógica. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>> Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital 1**. Brasília: Ministério da Educação, 2020.

BRASIL. **Edital Capes edital nº 24/2022** Programa de Residência Pedagógica – segunda chamada. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/29032023_Edital_1943857_Edital_24_2022.pdf> Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 82, de 26 de abril de 2022**. Dispõe sobre o regulamento do Programa Residência Pedagógica – PRP. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-82-2022-04-26.pdf>> Acesso em: 10 set. 2023

BRASIL. **Edital Prograd Residência Pedagógica nº 25/2022**. Seleção de discentes e de residentes para o programa institucional de Residência Pedagógica da UFPE 2022. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38970/4346917/EDITAL+N%C2%BA+252022+SELE%C3%87%C3%83O+DISCENTES_RP+2022.pdf/15228140-a1d5-4662-8c37-9ef1685ff4aa> Acesso em 18 jul. 2023.

GUEUDET, G.; TROUCHE, L. Towards new documentation systems for mathematics teachers? Educational Studies in Mathematics. **Springer**, p. 199–218, 2008. Disponível em: <<https://www.didaktik.mathematik.uniwuerzburg.de/edumatics/mod4/media/reading/Trouche%20and%20Gueudet%202009-0551839234/Trouche%20and%20Gueudet%202009.pdf>> Acesso em: 07 jul. 2023.

GUEUDET, G.; TROUCHE, L. Do trabalho documental dos professores: gêneses, coletivos, comunidades: o caso da Matemática. Tradução de Katiane de Moraes Rocha. **EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**. Pernambuco, Recife, v. 6, n. 3, p. 1-43, 2015. Título original: Du travail documentaire des enseignants: genèses, collectifs, communautés, 2008.

MAGNAVITA, M. R.; FONTES, S. S.; SIQUEIRA, M. Programa Residência Pedagógica: análise comparativa entre os editais de 2018 e 2020. **Rev. Int. de Form.de Professores (RIFP)**, Itapetininga, v. 7, e022012, p. 1-20, 2022. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/download/627/376/2883>> Acesso em: 20 jul. 2023.

PEPIN, Birgit; GUEUDET, Ghislaine; TROUCHE, Luc. Re-sourcing teachers' work and interactions: a collective perspective on resources, their use and transformation. **ZDM**, New York, Springer, v.45, n.7, pp.929-943, 2013.

ROCHA, K. M. Uses of online resources and documentational trajectories: the cases of Sésamath. in: **Anais do 13th international congress on mathematical education**, Hamburg, 2016. Disponível em:



<https://www.academia.edu/16534600/Uses_of_online_resources_and_documentational_trajectories_the_case_of_s%C3%A9samath> Acesso em: 02 jul. 2023.

ROCHA, K. M.; TROUCHE, L. Trajetória documental: uma análise da história da integração de recursos na prática do professor de matemática. **Anais do I LADIMA**, 2016, Bonito, MS, BR. Disponível em:

<https://www.academia.edu/30150890/Trajet%C3%B3ria_documental_uma_an%C3%A1lise_da_historia_da_integra%C3%A7%C3%A3o_de_recursos_na_pr%C3%A1tica_do_professor_de_matem%C3%A1tica> Acesso em: 15 jul. 2023.

SÃO PAULO (estado). **Decreto n° 57.978/12**. Institui o Programa de Residência Educacional, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado– Poder Executivo– Seção I-19/04/2012, p. 1. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-57978-18.04.2012.html>> Acesso em: 15 ago. 2023.

SÃO PAULO (estado). **Decreto 59.150/13**. Dispõe sobre o Programa Residência Educacional, instituído pelo Decreto n° 57.978 de 18 de abril de 2012. Diário Oficial do Estado–Poder Executivo. Seção I-10/05/2013. p. 3. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2013/decreto-59150-03.05.2013.html>> Acesso em: 15 ago. 2023.

SILVA, R. M. **Residência Pedagógica**: aproximações e distanciamentos entre as documentações do preceptor e do residente. 2012. 103 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica), Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2021.

SILVA, K. A. C. P.; CRUZ, S. P. A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento: diálogos em educação**, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 2, p. 227-247, mai./ago, 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8062/5352>> Acesso em: 20 ago. 2023.

TROUCHE, L.; GUEUDET, G.; PEPIN, B.; ROCHA, K.; ASSIS, C.; IGLIORI, S. **A abordagem documental do didático**. The Documentational Approach to Didactics Multilingual project, 2020. Disponível em:

<https://www.academia.edu/44649416/A_abordagem_documental_do_did%C3%A1tico> Acesso em: 04 jul. 2023.

VERGNAUD, G. Quais questões a teoria dos campos conceituais busca responder? **Anais do I LADIMA**, Bonito, MS, BR, 2016. Disponível em:

<http://ladima.tuseon.com.br/uploads/file_manager/source/d7322ed717dedf1eb4e6e52a37ea7bcd/oficinas/CONFER%C3%8ANCIA%201%20-%20PORTUGU%C3%8AS.pdf> Acesso em: 20 jul. 2023.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning, and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 318, 1998.

